

## Capítulo segundo

### Visión desde Brasil A companhia de engenharia do Brasil no Haiti: contribuições pós-conflito para a construção da paz Brazil's engineering company in Haiti: post-conflict contributions to peacebuilding

Tathiany Barros Bonavita de Almeida

#### Resumo

As relações internacionais são marcadas por guerras, conflitos e uma série de teorias que tenta explicar, resolver e prevenir o mundo de hostilidades. Os estudos desenvolvidos em prol da paz e da segurança internacionais culminaram em conceitos abrangentes que questionaram padrões de conduta. A guerra deixou de ser somente de trincheiras e a paz passou a ser mais que apenas um cenário de estabilidade. Autores como Johan Galtung identificaram a relevância de uma paz para além da ausência de conflito (paz negativa), uma paz que incluísse o desenvolvimento, atuando nas causas das hostilidades e, assim, prevenindo possíveis recorrências: uma paz positiva. Nesse contexto, as operações de paz das Nações Unidas passaram a atuar também na construção dessa paz (*peacebuilding*), estabelecendo missões que contribuíssem, após períodos mais violentos, com o desenvolvimento do país hospedeiro. Com o objetivo de dar suporte à construção de mecanismos e capacidades que sustentassem a estabilidade e evitassem a reincidência da violência, as operações de construção da paz passaram a fazer parte da realidade de alguns países beneficiados pela ONU (Organização das Nações Unidas), dentre eles, o Haiti. Ao longo da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (*Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti, MINUSTAH*), percebe-se uma evolução rumo ao *peacebuilding*. Após um período de hostilidades, o Conselho de Segurança das Nações Unidas apresentou

um esforço para a construção da paz e o Brasil desempenhou um relevante papel nesse arcabouço. As tropas brasileiras se destacaram por sua atuação na MINUSTAH em diferentes aspectos, e sua Companhia de Engenharia (*Brazilian Engineering Company*, BRAENGCYOY) participou veementemente desta conjuntura. A companhia, que operou para além de seus comprometerimentos tradicionais, contribuiu para o desenvolvimento do país, erguendo mais que apenas estruturas físicas. Considerando a relevante participação brasileira na MINUSTAH, o presente estudo tem como objetivo identificar os pontos de convergência entre a atuação da BRAENGCYOY e a construção da paz pós-conflito no Haiti.

### Palavras-chave

Construção da paz, desenvolvimento, MINUSTAH, Brasil, BRAENGCYOY.

### Abstract

*Wars, conflicts and a series of theories that try to explain, to solve and to prevent the world from hostilities left marks on International Relations. The studies developed for international peace and security resulted in large concepts that challenged patterns of conduct. War was no longer made in the trenches and peace became more than just a stable scenario. Authors like Johan Galtung identified the significance of peace beyond the absence of conflict (negative peace), a kind of peace that encompasses development, acting to manage the causes of hostilities, and thus preventing possible recurrences: a positive peace. In this context, United Nations peace operations began working with peacebuilding, establishing missions that could contribute, after periods of violence, to the host country development. In order to support the construction of mechanisms and capabilities that sustain stability and prevent the recurrence of violence, peacebuilding operations became part of the reality of some countries benefited by the United Nations, among them, Haiti. There is an evolution towards peacebuilding in the United Nations Stabilization Mission in Haiti (Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti - MINUSTAH). After a violent period, the United Nations Security Council made an effort to build peace, and Brazil played a relevant role in this framework. Brazilian troops stood out for their work in MINUSTAH in different aspects and their Engineering Company (BRAENGCYOY) was part of this conjuncture. The company operated beyond its traditional commitments and contributed to Haiti development, raising more than just physical structures. Considering the relevant Brazilian participation in MINUSTAH, the present study aims to identify points of convergence between BRAENGCYOY's work and post conflict peacebuilding in Haiti.*

### Keywords

Peacebuilding, development, MINUSTAH, Brazil, BRAENGCYOY.

### Lista de abreviaturas e siglas

- BRABAT – Batalhão Brasileiro de Força de Paz.
- BRAENCOY – *Brazilian Engineering Company* – Companhia Brasileira de Engenharia.
- DDR – *Disarmament, Demobilization, and Reintegration* (Desarmamento, Desmobilização e Reintegração).
- DPKO – *Department of Peacekeeping Operations* (Departamento de Operações de Paz).
- DUF – *Directives on the Use of Force* (Diretivas sobre o Uso da Força).
- FC – *Force Commander* (Comandante da Força).
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.
- MIF – *Military Interim Force* (Força Militar Interina).
- MINUSJUSH – *United Nations Mission for Justice Support in Haiti* (Missão das Nações Unidas de Apoio à Justiça no Haiti).
- MINUSTAH – *Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haiti* (Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti).
- ONU – Organização das Nações Unidas.
- ONUVEH – *United Nations Observer Group for the Verification of the Elections in Haiti* (Grupo de Observação das Nações Unidas para a Verificação das Eleições no Haiti).
- PBC - *Peacebuilding Commission* (Comissão de Construção da Paz).
- PBF – *Peacebuilding Fund* (Fundo de Construção de Paz).
- PBSO – *Peacebuilding Support Office* (Escritório de Suporte de construção da Paz).
- PNH – *Police Nationale d’Haiti* (Polícia Nacional do Haiti).
- QIP – *Quick Impact Project* (Projeto de Impacto Rápido).
- ROE – *Rules of Engagement* (Regras de Engajamento).
- TCCs – *Troop Contributor Country* (Países Contribuintes em Tropas).
- UNPOL - *United Nations Police* (Polícia das Nações Unidas).
- UNTSO – *UN Truce Supervision Organization* (Organização das Nações Unidas para Supervisão da Trégua).

## Introdução

A guerra não é um fenômeno recente. Conflitos armados de diferentes dimensões compõem a história da humanidade, influenciando no desenvolvimento de teorias, abordagens e conceitos sobre a guerra e, concomitantemente, a respeito da tão desejada paz. Acredita-se que ela seja uma espécie de estágio fundamental para a paz, que é preciso estar preparado para hostilidades se o objetivo final é a estabilidade<sup>1</sup>. Entretanto, ao longo dos anos, da ocorrência de duas Guerras Mundiais, da Guerra Fria e de uma série de conflitos intra-estatais, a guerra deixou de ser apenas aquela de trincheiras<sup>2</sup> e a paz passou a ser interpretada como um estágio muito além do fim das hostilidades.

O alargamento dos estudos de segurança expandiu o conceito de paz para muito além da ausência de violência coletiva, a chamada paz negativa de Galtung<sup>3</sup> (1967, p.12). Sua definição passou a abarcar valores como integração, igualdade e justiça, para evitar possíveis recorrências de conflito. A então nomeada paz positiva passou a exigir esforços ainda maiores e conjuntos (GALTUNG, 1967, p. 12, 14), e nem todos os países dispõem de condições suficientes para construí-la e mantê-la. A Organização das Nações Unidas (ONU) atua justamente preenchendo vácuos como estes.

A organização desempenha um relevante papel na tentativa de salvaguardar países que não dispõem de meios, recursos e capacidades suficientes para garantir sozinhos a estabilidade e o desenvolvimento de seus territórios. A partir do consentimento das partes em conflito e através da cooperação de seus Estados membros, a ONU estabelece «medidas efetivas para evitar ameaças à paz e a repressão aos atos de agressão ou outra qualquer ruptura da paz» (UNITED NATIONS, 1945, p.7). Dentre elas, encontram-se medidas de prevenção de conflito e operações de manutenção, de promoção, de imposição e de construção da paz<sup>4</sup>, esta última conhecida como *peacebuilding*<sup>5</sup> (UNITED NATIONS, 2008a, p. 17).

---

<sup>1</sup> A conhecida expressão em latim *Si vis pacem, para bellum*, cuja tradução se compreende como «Se queres a paz, prepara-te para a guerra», representa a crença de que a paz deve ser imposta, isto é, alcançada através do emprego da força. Portanto, somente haverá paz após o conflito direto.

<sup>2</sup> As chamadas trincheiras surgiram na Primeira Guerra Mundial. Anteriormente, os exércitos se moviam através de campos ou florestas. As trincheiras eram fossos profundos no solo que abrigavam os combatentes.

<sup>3</sup> Johan Galtung, nascido em Oslo em 1930, é PhD em Matemática e Sociologia. Autor de mais de 150 livros em diferentes áreas (como Estudo da Paz, Transformação de Conflitos Pacíficos e Relações Internacionais, por exemplo), Galtung desenvolveu os conceitos de paz negativa e positiva; assim como o termo *peacebuilding*, que será explicado adiante, no presente estudo (GALTUNG-INSTITUT, 2017).

<sup>4</sup> Essas atividades se complementam e, juntas, desenvolvem uma abordagem integrada (UNITED NATIONS, 2008a, p. 20).

<sup>5</sup> Algumas publicações da área traduzem *peacebuilding* como «consolidação da paz». Entretanto, optou-se propositalmente pela tradução ao pé da letra de «construção da paz», por fazer analogia entre o verbo *construir* e a função de um engenheiro.

A construção da paz, tema do presente estudo, concentra seus esforços na criação de pilares que sustentem a estabilidade de um país, a fim de evitar a recorrência da violência. Este processo funciona na tentativa de prover meios para que o Estado consiga manter suas estruturas políticas, sociais e econômicas e, assim, evite possíveis conflitos.

Para que as Nações Unidas sejam capazes de «preservar as gerações vindouras do flagelo da Guerra» (UNITED NATIONS, 1945, p. 5), é fundamental o desenvolvimento de ações pontuais que garantam o cessar-fogo em regiões conflituosas, mas também a prevenção da manifestação de novas ondas de violência e da recorrência daquelas já encerradas. Um conflito equivale a uma doença crônica: não basta medicar paliativamente para acabar com os sintomas. É preciso compreender suas causas, combatê-las e, assim, construir um organismo mais resistente a reincidências. Do mesmo modo, para que seja possível construir a paz positiva, é preciso identificar as razões do conflito e suprir as lacunas por elas geradas. As operações de construção da paz funcionam como um *tratamento* nesse contexto<sup>6</sup>.

Além da própria ONU, um grande número de atores (governos nacionais, organizações multilaterais, não governamentais e regionais, por exemplo) precisa estar alinhado nas ações em prol da sustentação da paz —em seu amplo conceito—. Os soldados da paz (chamados de *peacekeepers*<sup>7</sup>) desempenham um papel relevante, considerando a gama de atividades abraçadas pelas operações de paz multidimensionais (UNITED NATIONS, 2010c, p. 9, 29).

Operações multidimensionais, como a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (*Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti, MINUSTAH*)<sup>8</sup>, demandam configurações distintas no terreno, isto é, oscilam entre as nomenclaturas de imposição, manutenção e construção (dentre outras). A missão, que se iniciou com aspectos do capítulo VII<sup>9</sup> (UNITED NATIONS, 2004d, p. 2), isto é, com características de manutenção da paz, mas com uma postura robusta, ao longo dos anos, ganhou um recorte voltado principalmente para o desenvolvimento e, logo, um perfil de construção da paz. Dentre os países participantes, o Brasil destacou-se por apresentar um

<sup>6</sup> Parte desenvolvida com base nos argumentos de Galtung (1976, p. 298).

<sup>7</sup> Termo retirado do texto original «*You are a Peacekeeper*» (DORN, 2012).

<sup>8</sup> A Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti encerrou-se no dia 15 de outubro de 2017, sendo oficialmente substituída pela Missão das Nações Unidas de Apoio à Justiça no Haiti (*United Nations Mission for Justice Support in Haiti, MINUJUSTH*). (UNITED NATIONS, 2017c, p. 2,3).

<sup>9</sup> No caso da MINUSTAH, o capítulo VII ampara a operação como robusta, isto é, envolvendo o emprego da força no nível tático e mediante autorização do Conselho de Segurança e consentimento do Haiti e/ou de suas partes em conflito. É importante ressaltar que as operações de imposição da paz empregam força no nível estratégico (mediante autorização do Conselho de Segurança) e não requerem consentimento das partes (UNITED NATIONS, 2017e).

*modus operandi*<sup>10</sup> particular no Haiti, onde mesclava a máxima do Exército Brasileiro conhecida como «Braço Forte, Mão Amiga»<sup>11</sup>. O país, que cooptou com a participação de policiais e de militares da Marinha, da Aeronáutica e do Exército, dentre eles uma companhia de engenharia, ganhou projeção no cenário internacional por seu desempenho e dedicação, inclusive nos períodos de catástrofes naturais, como o terremoto de 2010. As contribuições brasileiras na MINUSTAH deram-se durante os treze anos da missão.

A companhia brasileira de engenharia (*Brazilian Engineering Company*, BRAENGCOY) participou da MINUSTAH com a função inicial de «prover apoio de engenharia a outras organizações militares de diversos países desdobradas no Haiti, além de realizar trabalhos em proveito ao desenvolvimento local» (BRAENGCOY, 2017). Principalmente após períodos de tensão (em função de ondas de violência ou de catástrofes naturais), ela atuou no terreno de forma a contribuir direta e indiretamente para a construção da paz na região.

Desta forma, através de uma análise qualitativa de produções acadêmicas, documentos da ONU e de dados oficiais da BRAENGCOY, o presente estudo pretende corroborar a relevância das operações de *peacebuilding* pós-conflito das Nações Unidas e, identificar correlações entre a performance da companhia de engenharia brasileira no Haiti e a construção da paz.

### **As operações das Nações Unidas: da prevenção de conflitos à construção da paz**

A segurança e a paz internacionais<sup>12</sup> são objetivos principais da Organização das Nações Unidas, ambos alentados no primeiro de cento e onze artigos de sua Carta, desde 1945 (UNITED NATIONS, 1945, p. 5). De modo geral, seus esforços convergem em prol da consecução desses propósitos, e o Conselho de Segurança é um dos órgãos delegados para o cumprimento dessa responsabilidade.

O órgão detém autonomia para decidir entre medidas brandas ou mais coercitivas, empregues em cenários hostis, podendo optar por operações que utilizem assistência militar<sup>13</sup> quando os métodos pacíficos não se apresentem como uma opção viável (UNITED NATIONS, 1945, p. 33). Com base legal nos capítulos VI, VII

<sup>10</sup> *Modus operandi* é uma expressão em latim, cuja tradução significa «modo de operação». No texto ela é empregue para descrever a forma com o Brasil atuava na MINUSTAH.

<sup>11</sup> O «Braço Forte, Mão Amiga» se refere aos valores militares da missão do Exército Brasileiro, em que o braço forte é associado à soberania e a mão amiga ao amparo (BRASIL, 2002, p.4).

<sup>12</sup> Aqui se subentende que a ONU utilize o termo paz de forma abrangente.

<sup>13</sup> Como a ONU não possui forças militares próprias, ela conta com a contribuição de forças armadas de seus Estados membros de forma voluntária para assisti-la em suas operações.

e VIII<sup>14</sup>, ele determina, mediante consentimento do país da missão, o desenvolvimento de operações de paz (UNITED NATIONS, 2008a, p. 13).

Essas missões, realizadas pela organização desde 1948<sup>15</sup>, representam a principal ferramenta para a mediação/resolução de conflitos no cenário internacional. Uma operação de paz respaldada pelo Departamento de Operações de Paz das Nações Unidas (*Department of Peacekeeping Operations*, DPKO) é determinada pelo Conselho de Segurança, após uma Missão Técnica de Avaliação (*Technical Assessment Mission*), e por ele formalizada através da adoção de uma resolução<sup>16</sup> (UNITED NATIONS, 2003, p.4). Através de um mandato, o órgão também estabelece as tarefas da missão de paz implementada, que variam de acordo com a natureza do conflito e com os desafios do terreno (UNITED NATIONS, 2008a, p. 16).

O ex Secretário Geral das Nações Unidas, Boutros-Ghali, definiu as *operações de paz* como sendo a «mobilização da presença da ONU em campo, com o consenso das partes envolvidas, normalmente envolvendo militares e/ou forças policiais e a também frequente presença de civis», podendo ainda se «expandir tanto para a prevenção quanto para a promoção da paz» (UNITED NATIONS, 1992). Seu desenvolvimento deve ser baseado em três princípios: «o consentimento entre as partes, a imparcialidade e o não emprego da força (exceto em defesa pessoal e em defesa do mandato)<sup>17</sup>» (LANGHOLTZ, 2010, p. 45).

Com o decorrer do tempo, essas missões precisaram adaptar-se a diferentes formas de conflito, a maiores demandas do terreno e a novas questões de segurança. As operações de paz, antes empregues para a assistência na resolução de um conflito, passaram a abranger múltiplos desígnios e, assim, acresceram as tarefas dos chamados *capacetes azuis*, isto é, dos soldados da paz (*peacekeepers*).

Desde a prevenção de conflitos até a construção da paz, as Nações Unidas apresentam uma gama de opções disponíveis ao Conselho de Segurança em situações de conflito. Kai Kenkel (2013, p. 123) identifica um crescimento natural de meios e uma progressão traçada através de gerações analíticas de operações de paz; gerações estas «divididas com base no nível da força utilizada pelo pilar militar, no tipo e profundidade de tarefas conduzidas pelo pilar civil e na inserção de organizações regionais no desenvolvimento da

<sup>14</sup> Os capítulos VI, VII e VIII tratam respectivamente da «Solução Pacífica de Controvérsias», da «Ação Relativa a Ameaças à Paz, Ruptura da Paz e Atos de Agressão» e de «Acordos Regionais» (UNITED NATIONS, 1945, p. 24-33).

<sup>15</sup> A primeira intervenção da ONU foi a Organização das Nações Unidas para Supervisão da Trégua (*UN Truce Supervision Organization*, UNTSO), em 1948 (UNITED NATIONS, 2017e).

<sup>16</sup> À Assembleia Geral cabe a aprovação dos recursos e orçamento das operações de paz (UNITED NATIONS, 2017e).

<sup>17</sup> A força é o último recurso de uma operação de paz. Quando autorizada, ela deve ser empregue de forma proporcional, precisa e adequada, dentro de um princípio mínimo.

missão» (KENKEL, 2013, p. 125). Dentro do contexto dessas gerações, percebe-se uma ampliação no escopo das missões no que tange a um comportamento mais invasivo da instituição. O uso da força em nome de questões humanitárias para a imposição da paz (*peace enforcement*) e o maior envolvimento civil em questões securitizadas (como moradia, saúde, alimentação e educação, por exemplo) e seus aspectos de construção da paz (*peacebuilding*) passaram a fazer parte da agenda dessas missões, complementando a manutenção da paz (*peacekeeping*) (KENKEL, 2013, p. 125-132).

Certamente, em uma escala de combate proporcional à violência, os meios mais coercitivos serão utilizados nos níveis mais ofensivos de um conflito. Na ONU, a dinâmica das operações de paz segue esta linha. Assim, uma operação costuma exigir uma postura mais robusta em meio a um contexto mais crítico. Entretanto, é importante ressaltar que a instituição oficializa o uso da força apenas para defesa pessoal e do mandato da missão, sempre fazendo uso do princípio da proporcionalidade. Além disso, uma operação de caráter mais robusto, ou seja, mais ofensivo não necessariamente implica em uma operação de imposição da paz<sup>18</sup>.

De acordo com a Doutrina Capstone (2008a, p. 14), «atrelar as operações de paz a um capítulo específico da Carta das Nações Unidas pode ser equivocado para fins de planejamento operacional, treinamento e implementação do mandato». É preciso considerar as determinações impostas pelo Conselho de Segurança através do próprio mandato, das Regras de Engajamento (*Rules of Engagement*, ROE) e das Diretivas sobre o Uso da Força (*Directives on the Use of Force*, DUF), esta para o componente policial. Documentos como estes são os verdadeiros responsáveis (além de mandatos e relatórios, por exemplo) por orientar as missões. Entretanto, as operações não são engessadas. Elas podem variar de acordo com a evolução do terreno.

Um país pode ser acometido por ocorrências que demandem um novo *modus operandi* das tropas. Uma missão que começa com a nomenclatura de manutenção da paz pode se transformar em uma missão de imposição e vice-versa. Certamente, em áreas críticas, as missões tendem a iniciar-se de forma mais intensa e terminar com um menor grau coercitivo. Em contextos mais passivos, é possível ainda evitar o desenvolvimento de um conflito através de sua prevenção, por exemplo.

A prevenção de conflitos é utilizada em ambientes ainda sem conflito declarado. Este processo emprega meios diplomáticos estruturais que contribuem para a contenção de tensões e disputas intra e entre Estados, evitando assim a propagação da violência (UNITED NATIONS, 2008a, p. 17). Cabe ao governo nacional e à sociedade local um esforço inicial, sendo a ONU responsável por apoiar o país neste contexto e assistir seus Estados membros na construção das capacidades para a resolução de disputas que possam

---

<sup>18</sup> Conforme explicado na nota de rodapé n.º 9.

evoluir para um conflito propriamente dito (UNITED NATIONS, 2003, p. 199). Entretanto, nem sempre as hostilidades podem ser evitadas. Em alguns casos, as Nações Unidas já encontram o terreno tomado pela violência. Assim, deve ser estabelecida uma missão que disponha de recursos e meios para atuar diretamente na conjuntura apresentada.

Em ambientes cujo conflito já se encontra em progresso, é possível promover a paz (*peacemaking*) ou ainda a impor (*peace enforcement*). A avaliação dos índices de violência é fundamental para a determinação das características da missão.

Promover a paz é operar através de meios pacíficos para a solução do conflito em questão, abrangendo geralmente ações diplomáticas para o desenvolvimento de um acordo entre as partes. Este processo pode envolver governos, organizações regionais, como também grupos não oficiais no processo de negociação (UNITED NATIONS, 2008a, p. 17-18; UNITED NATIONS, 1992). Ações como estas podem ser favoráveis em contextos cuja violência apresenta-se sobrepujada. Contudo, quando o terreno encontra-se tomado por hostilidades, é preciso adotar uma postura mais coercitiva, como o *peace enforcement*, ou seja, é preciso impor a paz.

Impor é um termo controverso nas Nações Unidas. O ato de infundir, de obrigar, não pactua com a imagem e fundamentação da organização. Entretanto, no que se dispõem as operações de paz, é imprescindível existir um tipo de missão que trabalhe com a possibilidade do uso da força de forma mais veemente. De acordo com o Representante Especial do Secretário Geral na MINUSTAH em 2009, Hédi Annabi, em entrevista realizada por Kai Kenkel (2013, p. 128), a imposição da paz embasada pelo Capítulo VII da Carta das Nações Unidas (1945, p. 27) é apresentada como um subtítulo da *peacemaking*.

A imposição da paz faz uso da força autorizada pelo Conselho de Segurança mediante circunstâncias em que a paz esteja sob ameaça ou tenha sido violada, ou ainda perante atos de agressão (UNITED NATIONS, 2008a, p. 18). Inicialmente, este tipo de conduta era permitido para garantir o cumprimento do cessar-fogo. Com a expansão do conceito, a força passou a ser utilizada para dar suporte à proteção humanitária e até mesmo para restaurar a democracia de governos (SUTTERLIN, 2003, p.62). Entretanto, contextos com demanda de proteção humanitária não necessariamente determinam o desenvolvimento de uma operação de imposição da paz. O Conselho de Segurança define o tipo de missão de acordo com a «natureza e conteúdo do acordo alcançado pelas partes no conflito» e «seus mandatos também refletem os debates normativos mais amplos que moldam o ambiente internacional» (UNITED NATIONS, 2008a, p. 16).

Ainda que existam nomenclaturas de operações de paz embasadas por contextos de atuação distintos, conforme já mencionado no presente estudo, as missões não são engessadas. Como todo o tipo de operação do DPKO tem como objetivo gerenciar rivalidades, acaba sendo gerada uma zona cinza

de convergência entre algumas nomenclaturas. Dentre elas, encontra-se a operação de manutenção da paz (*peacekeeping*).

A nomenclatura conhecida como *peacekeeping*<sup>19</sup> é desenvolvida em contextos em que os níveis de violência encontram-se controlados. As operações de manutenção da paz funcionam em ambientes onde já existe «uma paz a ser mantida» (KENKEL, 2013, p. 125), ainda que frágil, auxiliando na execução de acordos alcançados. As operações de manutenção de paz tradicionais evoluíram para um modelo multidimensional<sup>20</sup>, em que militares, policiais e civis trabalham juntos em prol de uma paz sustentável (UNITED NATIONS, 2008a, p. 18).

O aumento da complexidade dos terrenos exigiu que as Nações Unidas desenvolvessem novos padrões de intercessão, adaptando-se às diversidades. Como respostas às novas conjunturas, os países membros aumentaram sua assistência e comprometimento com contribuições financeiras e de pessoal, e as operações foram crescendo em tamanho e escopo. A paz não somente deveria ser alcançada, mas construída e sustentada pelo próprio país.

Construir a paz é um procedimento que vai além do cessar-fogo. As operações de construção da paz (*peacebuilding*) foram desenvolvidas com o propósito de evitar a recorrência de hostilidades e de apoiar a reconstrução das estruturas nacionais (FETHERSTON, 1994, p. 131). A base conceitual de uma operação de construção da paz envolve atividades destinadas à redução de riscos de incidência e reincidência de conflito, além do fortalecimento das capacidades nacionais para a sustentação da estabilidade e desenvolvimento adequados ao país em questão (UNITED NATIONS, 2017d).

Desde 2002, onze missões políticas e de construção da paz foram estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (UNITED NATIONS, 2017a). Todas permanecem em funcionamento até a presente data, pois o *peacebuilding* abarca as raízes da violência, sendo, portanto, longo e complexo (UNITED NATIONS, 2008a, p. 18).

### **Peacebuilding: o desenvolvimento da paz e a paz no desenvolvimento**

O termo *peacebuilding* concretiza o alargamento dos estudos de segurança e da paz. Usualmente, a paz é associada à estabilidade, isto é, a um conceito

---

<sup>19</sup> O termo *peacekeeping*, além de ser utilizado para fazer referência às operações de manutenção de paz, também é empregue pelas Nações Unidas de forma genérica para tratar das operações de paz de todos os tipos.

<sup>20</sup> As operações de paz tradicionais tinham como objetivo a «observação, o monitoramento, o desenvolvimento de relatórios, a supervisão do cessar-fogo, o apoio aos mecanismos de verificação e a interposição como medida de amortecimento e de confiança». «As transformações do ambiente internacional levaram ao estabelecimento das operações multidimensionais, executadas em contextos perigosos de conflitos internos, cujas capacidades (militares, policiais e civis) podem ser combinadas em benefício de acordos de paz» (UNITED NATIONS, 2008a, p. 21, 22).

embasado pela lei e pela ordem. No entanto, esta definição refere-se a uma estrutura social não necessariamente desvinculada da violência<sup>21</sup>, já que os meios utilizados para a obtenção desta suposta paz podem ser ofensivos. Portanto, para se referir a uma paz cujos índices de violência coletiva (entre nações, por exemplo) sejam negativos, é utilizado o termo paz negativa. Há ainda um conceito de paz positiva, sinônimo de um bem comum, associada à cooperação, à integração, com menos ênfase nas hostilidades (GALTUNG, 1967, p.12). Esta paz não expressa apenas uma redução ou o controle da violência, mas um desenvolvimento vertical<sup>22</sup> (GALTUNG, 1969, p. 183). Esta paz positiva é atrelada ao desenvolvimento, que funciona como a base do termo *peacebulding*.

Galtung (1976, p. 297), a fim de promover uma paz duradoura, criou o *peacebuilding* (construção da paz) nos anos de 1970, na tentativa de acessar o âmago do conflito, as raízes de suas causas e as capacidades endógenas para sua resolução. Para o autor, os mecanismos em que a paz se fundamenta devem ser construídos na estrutura, removendo as causas da guerra ou ainda oferecendo alternativas a ela (UNITED NATIONS, 2017d). O autor compara este processo a «um corpo humano saudável que consegue regenerar-se com seus próprios anticorpos, não precisando assim da administração *ad hoc*<sup>23</sup> de remédios». Esta administração pontual de medicamentos equivale às operações, como o *peacekeeping* e o *peacemaking*, por exemplo (GALTUNG, 1976, p. 298). Interferências externas podem resolver o problema temporariamente, mas apenas curando as causas da ferida, isto é, as causas reais de um conflito, se torna possível sustentar a saúde da paz.

Rossier (2013, p. 19) associa de forma eficaz os conceitos de paz de Galtung (1967, p. 12-13) aos propósitos apresentados na Carta da ONU (1945) e ainda às nomenclaturas das missões de paz. O autor compreende que a paz negativa (ausência de violência direta) faz alusão a uma operação de imposição ou de manutenção da paz, em que a redução e ausência de violência são prioridades. Já a paz positiva, tratando-se de um processo coligado ao desenvolvimento para além da ausência de violência, refere-se à construção da paz que, inclusive, funciona mais facilmente após um processo consolidado de paz negativa, isto é, de controle de hostilidades.

A construção da paz pós-conflito engloba uma série de atividades relacionadas à infra-estrutura, emprego, governança econômica, administração civil, eleições, processo político, operações de segurança, Desarmamento,

---

<sup>21</sup> Para Galtung, a violência direta está relacionada aos atos de agressão que atingem diretamente um indivíduo, por exemplo. Já a violência estrutural tem seu conceito expandido, pode ser associada a algum tipo de injustiça social (GALTUNG, 1969, p. 169, 171).

<sup>22</sup> Compreende-se por desenvolvimento vertical aquele que se dá de forma qualitativa e não quantitativa.

<sup>23</sup> *Ad hoc* é um termo latino que faz referência a algo desenvolvido para uma finalidade específica.

Desmobilização e Reintegração (*Disarmament, Demobilization, and Reintegration*, DDR), estado de direito, direitos humanos, construção de capacidades e assistência humanitária (UNITED NATIONS, 2008a, p. 23). Esse conceito foi utilizado pela primeira vez nas Nações Unidas pelo então Secretário Geral Boutros Boutros-Ghali<sup>24</sup>, no documento Uma Agenda para Paz (1992). A complexidade das questões de segurança<sup>25</sup> aprofundou o foco na resolução de conflitos e, no respectivo contexto, a construção da paz surgiu como uma importante ferramenta para as Nações Unidas identificar e apoiar as estruturas passíveis de fortalecimento e de solidificação da paz (UNITED NATIONS, 1992).

O *peacebuilding* conquistou espaço no contexto da ONU ao longo dos anos. Através de experiências passadas, as Nações Unidas enxergaram no período imediato pós conflito uma janela de oportunidade para a provisão de meios que fortalecessem as capacidades nacionais e, assim, embasassem o desenvolvimento sustentável do país (UNITED NATIONS, 2009a, p. 1). A construção da paz foi desenvolvendo-se com o passar dos anos, aprimorando sua definição, estrutura, objetivos e coordenação para sua aplicação. Nos anos 2000, o Secretário Geral vigente apontou falhas e, conseqüentemente, recomendações em um Painel que resultaria em um relatório, onde a organização reforçava a demanda por estratégias mais efetivas na prevenção de hostilidades e, assim, a necessidade de construir capacidades de forma integrada para a contribuição na construção da paz, fosse ela pré ou pós-conflito (UNITED NATIONS, 2000, p. ix, 1).

Até o fim da Guerra Fria, atividades relacionadas à construção da paz não constavam nos mandatos das Nações Unidas. As operações habituais tratavam os sintomas e não as causas dos conflitos e os progressos acabavam por ser muito lentos. Com o fim deste período, a organização passou a combinar ações de construção da paz com operações mais complexas. Ao longo da execução dessas operações e da identificação de suas vulnerabilidades, as Nações Unidas puderam solucionar questões relacionadas aos verdadeiros desígnios da *peacebuilding*, direcionando-a para uma abordagem mais coerente, coordenada e integrada. Com o objetivo de conectar os recursos e trabalhos voltados para referida área, foi sugerida a criação de uma estrutura que auxiliasse os Estados e fortalecesse suas capacidades no processo de transição imediato do período pós-conflito para a fase de reconstrução e desenvolvimento (UNITED NATIONS, 2004a, p. 3). Assim, em 2005, foi estabelecida a Comissão de Construção da Paz (*Peacebuilding Commission*, PBC).

---

<sup>24</sup> Boutros Boutros-Ghali tornou-se Secretário Geral da ONU em 1992. PhD em Direito Internacional, o ex-Secretário Geral morreu em 2016, deixando diversas publicações na área de Relações Internacionais, Direito e Diplomacia, e Ciência Política (UNITED NATIONS, 2017g).

<sup>25</sup> Os Estudos de Segurança passaram por uma grande mudança e expansão depois da Segunda Guerra Mundial (1945).

A PBC funcionava como um corpo consultivo intergovernamental e seus esforços eram em prol do desenvolvimento sustentável do país em missão. À comissão cabia organizar recursos e garantir um financiamento para as atividades de recuperação, desenvolvendo estratégias integradas, e apoiando a reconstrução e o fortalecimento institucional. Ela também fornecia recomendações e informações, a fim de aprimorar a coordenação dos atores relevantes dentro e fora das Nações Unidas, estendendo o período de atenção dado pela comunidade internacional no período pós-conflito (UNITED NATIONS, 2005b, p. 2).

Além deste corpo, também foi criado um Escritório de Suporte de construção da Paz (*Peacebuilding Support Office, PBSO*), cujo objetivo era apoiar a comissão com «recomendações estratégicas e orientações políticas». Ademais, o escritório era responsável junto das agências da ONU pela supervisão do Fundo de Construção da Paz (*Peacebuilding Fund, PBF*)<sup>26</sup> (UNITED NATIONS, 2017d), que «apoiava atividades, ações, programas e organizações» voltados para a *peacebuilding* (UNITED NATIONS, 2017b).

Após essa estruturação, as operações de construção da paz tiveram suas atividades expandidas. Com a Doutrina Capstone (2008a, p. 8), as operações de paz como um todo tiveram sua natureza, escopo e objetivo principal definidos. O documento «identificou as vantagens e limites das missões da ONU como ferramenta de gerenciamento de conflito, explicando os princípios básicos para orientar seu planejamento e condução» (UNITED NATIONS, 2008a, p. 9), apresentando assim as lições aprendidas para a evolução de suas práticas.

Embora esteja documentado um processo de anos de consolidação da construção da paz, ainda existem questionamentos dentro deste contexto. O conceito de paz positiva e as demandas para o seu desenvolvimento certamente irão variar de acordo com o terreno. Entretanto, dicotomicamente, qualquer país em que as Nações Unidas estabeleçam uma missão terão no desenvolvimento o alicerce para a construção da paz. Não foi diferente no Haiti, país em que a organização e o Brasil mantiveram-se no terreno por treze anos<sup>27</sup>.

O Haiti, uma ex-colônia francesa, é um país de terreno formado por montanhas (intercaladas por planícies costeiras pequenas e vales de rios), localizado entre o mar do Caribe e o Norte do Oceano Atlântico, cujo único país fronteiro é a República Dominicana. Dependente de ajuda internacional, o país apresenta um baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), enquadrando

<sup>26</sup> O PBF tinha como objetivo a garantia da entrega de recursos para as atividades de construção da paz. Atualmente o PBF apóia mais de 120 projetos em 25 países (UNITED NATIONS, 2017b).

<sup>27</sup> Atualmente a missão que se encontra em desenvolvimento no terreno haitiano é a Missão das Nações Unidas de Apoio à Justiça no Haiti (*United Nations Mission for Justice Support in Haiti, MINUJUSTH*) (UNITED NATIONS, 2017c, p. 2,3). O Brasil não possui tropas desdobradas nessa missão.

do-se na categoria mais baixa com a posição de 163º num ranking de 188 países (UNITED NATIONS, 2016b, p. 2).

Dono de um arcabouço instável e vulnerável, o Haiti encontra-se numa região de alto risco, exposta a desastres naturais como furacões e terremotos, como o ocorrido em 12 de janeiro de 2010, de 7.0 de magnitude. Em números, o cenário transformou-se em mais de 230 000 mortos e 300 000 feridos (CNN, 2015). Entretanto, os problemas do Haiti não se restringem ao meio ambiente e antecedem o ano de 2010. Desde 2004, a Organização das Nações Unidas mantivera a MINUSTAH, cujo término foi declarado no mês de agosto de 2017, no combate às questões de violência. A missão oscilou entre pitadas de uma operação robusta e uma mescla de *peacekeeping* com *peacebuilding*. Seus desafios foram múltiplos, demandando assim, uma correlação entre a força e o desenvolvimento.

### **A minustah: 13 anos entre a força e o desenvolvimento**

O Haiti tem, em sua história, altos índices atrelados as tragédias resultantes de catástrofes naturais, da falta de recursos, da corrupção e principalmente da violência. Toda sua descrição geográfica, econômica, política e humanitária revela uma nação acometida por crises de diferentes contornos, elevando o país à pauta de organizações internacionais, como a ONU.

A primeira intervenção das Nações Unidas no Haiti data de 1990. Embora o Departamento de Operações de Paz ainda não existisse, a instituição já estava presente no terreno, representada pelo Grupo de Observação das Nações Unidas para a Verificação das Eleições no Haiti (*United Nations Observer Group for the Verification of the Elections in Haiti*, ONUVEH) (SUTTERLIN, 2003, p. 45-46), cujo componente de segurança era formado por 64 observadores, 36 destes retirados de outras missões (BROWNE, 2005, p. 6). Ainda sem a classificação oficial de uma operação de paz, a ONUVEH representou o primeiro passo para o caminho que seria traçado até a operação de maior relevância na região: a MINUSTAH.

A MINUSTAH, Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (*Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti*), foi estabelecida em 2004. No ano do bicentenário de sua independência como ex-colônia francesa, o Haiti apresentava um ambiente antagônico às comemorações. O novo mandato<sup>28</sup> de seu Presidente, Jean-Bertrand Aristide, herdara problemas antigos do país e, conseqüentemente, insatisfações de sua população. A corrupção, a escassez de recursos e de uma polícia eficiente, além de abusos políticos (principalmente no judiciário e na polícia haitiana), incitavam o clima de reinvindicação. Os métodos de retaliação que o governo utilizava contra seus

---

<sup>28</sup> Em 2004, o Presidente Aristide assumira seu segundo mandato como Presidente do Haiti (THOMPSON, 2006, p. 62).

opositores, como a repressão por parte da polícia local e o fornecimento de armas às gangues<sup>29</sup>, deterioravam a situação, gerando movimentos insurgentes (THOMPSON, 2006, p. 62). Em meio a uma série de especulações e a um ambiente violento, Aristide, governante por decreto, isto é, sem o funcionamento de seu parlamento, acabou deixando o país<sup>30</sup>. Começava aqui uma nova etapa de intervenção internacional no Haiti.

Em 29 de fevereiro de 2004, em função das hostilidades e da dissolução política, humanitária e de segurança, o presidente interino solicitou ajuda ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, que autorizou o estabelecimento de uma Força Militar Interina (*Military Interin Force*, MIF)<sup>31</sup> na região. O órgão declarou-se ainda de prontidão para desenvolver futuramente uma Força de Estabilização das Nações Unidas (que se tornaria a MINUSTAH) que subsidiasse «o processo de manutenção de segurança e da estabilidade do ambiente em questão» (UNITED NATIONS, 2004c, p. 1-2).

Neste primeiro momento, o Haiti apresentava uma conjuntura adversa, exigindo, assim, uma postura mais ofensiva da ONU e, logo, da MIF. Embora seus documentos apresentassem intenções em contribuir em longo prazo com a reconstrução das instituições democráticas, com a elaboração de uma estratégia para o desenvolvimento social e econômico do país, a missão havia sido estabelecida essencialmente para salvaguardar um ambiente seguro e pacífico (UNITED NATIONS, 2004c, p. 1,3). Neste contexto, em junho de 2004, a MIF foi substituída pela MINUSTAH, cujo quantitativo a superava em números e o mandato em complexidade.

A MINUSTAH passou por diferentes períodos no Haiti. Ao longo de seus treze anos e de episódios, como o terremoto de 2010, suas resoluções apresentaram dois focos principais: o emprego de meios para neutralizar as hostilidades e a busca pelo desenvolvimento para a manutenção da estabilidade no país. Entretanto, em determinados momentos, a missão inclinou-se claramente para um de referidos objetivos. Dando continuidade à linha de ação da MIF, inicialmente, a MINUSTAH priorizou a paz negativa, isto é, a ausência de violência direta no terreno.

A operação de paz no Haiti manteve-se voltada especialmente para questões de segurança desde 2004. A violação de direitos humanos e os ataques a

---

<sup>29</sup> O governo era acusado de fazer uso de grupos armados para manter a sua autoridade. Esses grupo eram conhecidos como os *Chimères*, traduzido como os *Fantasmás* (FAUBERT, 2006, p.12; HEINE;THOMPSON, 2011, p. 13).

<sup>30</sup> O Presidente Aristide acusou os Estados Unidos de forçá-lo a sair do país em um golpe de Estado. Os Estados Unidos negaram a acusação (CNN, 2004).

<sup>31</sup> A MIF foi precursora da MINUSTAH e responsável por preparar o ambiente para sua execução. Estabelecida em 2004, principalmente do Norte do Haiti, a Força também mobilizava tropas em outras cidades e desenvolvia patrulhas itinerantes (UNITED NATIONS, 2004e, p. 292).

civis demandaram prontas respostas (UNITED NATIONS, 2004d, p. 1) e, por conta das ameaças, uma postura mais ofensiva fez parte dos primeiros anos da operação, inclusive com aumento de pessoal. Esta conduta não deixou de ser acompanhada por uma coordenação entre os atores para maximizar esforços voltados para o desenvolvimento (UNITED NATIONS, 2005a, p. 2-3). Contudo, ações de construção da paz pós-conflito são dificultadas em um ambiente instável e o Haiti ainda permanecia tomado por gangues. Embora a missão tenha focado seus esforços no processo político democrático em 2005, o ambiente evoluiu apenas no final de 2006. Ainda assim, as eleições no início do ano não foram suficientes para manter a estabilidade na região. A demanda pela força permanecia sobrepondo-se ao desenvolvimento.

No início do ano de 2006, ocorreram as eleições Presidenciais. As eleições municipais e locais ainda estavam previstas para o mesmo ano. Novamente, um ambiente seguro era vital para que o processo eleitoral fosse concluído de forma democrática. Portanto, o ano foi marcado por toda uma mobilização de ações voltadas para a garantia da paz e da estabilidade no terreno. A contribuição dos componentes da MINUSTAH visava maximizar o seu papel na prevenção de crimes como sequestros e ameaças de gangues armadas<sup>32</sup> (UNITED NATIONS, 2006, p. 1-4).

Entre 2006 e 2007, a missão passou a liderar as operações contra as gangues e a apoiar também à Guarda Costeira no controle do tráfico nas fronteiras (UNITED NATIONS, 2006, p. 4). Seu efetivo militar e civil foi reforçado, bem como seu papel ampliado. O número de militares em 2006 aumentou antes mesmo das eleições, que haviam sido adiadas.

Em 2007, foi dada continuidade à campanha de combate às gangues urbanas sendo realizado, de janeiro a março, um total de doze operações que contribuíram na redução da violência (HAMMOND, 2012, p. 22; BARANYI, 2011, p. 214). As forças militares do Batalhão Brasileiro de Força de Paz (BRABAT) desempenharam papel fundamental nesta conjuntura, pois foram responsáveis pelo estabelecimento dessas operações de segurança, conhecidas como de busca e apreensão. Após o fim deste período, ocorreram as eleições locais no Haiti. Encerrava-se aqui uma fase da MINUSTAH notadamente voltada para a segurança. Após o fim deste período, percebe-se uma tendência da missão em investir com mais veemência na construção da paz pós-conflito, pois a estabilidade se iniciara<sup>33</sup>.

<sup>32</sup> A MINUSTAH sempre esteve envolvida no suporte à Polícia Nacional, incluindo a identificação de membros envolvidos com corrupção e crimes, conforme recomendado em muitas das resoluções do Conselho de Segurança. A participação da Polícia das Nações Unidas (*United Nations Police, UNPOL*) nas missões de paz varia de acordo com as especificações de seus mandatos. Ela pode atuar provendo suporte operacional, funcionando como polícia interina e exercendo funções de assessoramento. A UNPOL pode ainda orientar e treinar polícias nacionais e contribuir no combate ao crime (UNITED NATIONS, 2017f).

<sup>33</sup> Embora fossem passos para uma estabilidade e democracia duráveis, o governo deveria continuar trabalhando em prol da reforma de segurança (e de sua Polícia Nacional) e a

Compreende-se que para que haja uma paz positiva, é preciso uma paz negativa. Portanto, o processo de construção da paz pós-conflito, como seu próprio nome demonstra, é melhor realizado após períodos de hostilidade. Com o progresso haitiano oficialmente reconhecido (UNITED NATIONS, 2007, p. 2), reformas de longo prazo poderiam ser desenvolvidas. No entanto, entre 2008 e 2010, o país foi acometido por uma onda de desastres naturais (furacões e terremotos), que impactaram tanto em sua infra-estrutura, quanto em sua estabilidade. Os desafios humanitários foram acompanhados de ataques aos componentes da missão (em 2008), exigindo do país, do sistema das Nações Unidas e da comunidade internacional um esforço ainda maior em prol da segurança e do desenvolvimento social e econômico da região (UNITED NATIONS, 2008b, p.1-3; UNITED NATIONS, 2009c, p. 1).

Embora a configuração da MINUSTAH tenha sido mantida (UNITED NATIONS, 2008b, p.3) suas atribuições se expandiram. Nos períodos de desastres, «a missão atendeu às demandas imediatas do país, utilizando integralmente seus meios e capacidades, como os engenheiros, em prol da estabilidade» (UNITED NATIONS, 2009b, p. 6). Em 2010, a MINUSTAH aumentou seu quantitativo com o objetivo de dar suporte à recuperação haitiana (UNITED NATION, 2010b, p. 1). Contudo, ações voltadas para a reconstrução do país e para a construção da paz não substituíram as atividades humanitárias<sup>34</sup>.

O período entre 2008 e 2010 teve, por conta das demandas humanitárias geradas pelos desastres naturais e pela epidemia de cólera, uma grande injeção de recursos e um enorme esforço conjunto internacional para a reconstrução do Haiti. O que seria, provavelmente, um período de construção da paz pós-conflito, pois já havia uma estabilidade no terreno, acabou tornando-se uma fase de reconstrução forçada em função dos ocorridos.

No final de 2010, o Haiti conseguiu passar pacificamente por um processo eleitoral. Ainda que o país tenha progredido, a segurança manteve-se como uma preocupação contínua da missão. Entretanto, percebe-se na MINUSTAH, desde que as hostilidades foram majoritariamente neutralizadas (em 2008) até seu término (2017), uma tendência cada vez maior na ênfase no progresso sustentável e no desenvolvimento, ainda que houvesse episódios violentos isolados (UNITED NATIONS, 2011b, p. 2).

A partir de 2011, o quantitativo da missão passou a sofrer reduções (UNITED NATIONS, 2011b, p. 4). Por conta da relativa estabilidade (embora frágil), nos anos seguintes, as resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas mantiveram o foco nas atividades voltadas para a capacitação do país, que demonstravam um incremento. Ainda assim, a demanda pela manutenção do

---

contribuição internacional ainda se fazia fundamental para possibilitar este feito (UNITED NATIONS, 2007, p. 1-3).

<sup>34</sup> “Durante 2010, os parceiros humanitários responderam às necessidades de abrigo de emergência das pessoas deslocadas internamente com aproximadamente 117 200 tendas, 1 185 052 toldos e 2,5 milhões de itens domésticos” (UNITED NATIONS, 2011a, p.3).

quadro de engenheiros, que desempenharam papel fundamental no período de catástrofes naturais, permanecia como instrumento para o fortalecimento da estabilidade (UNITED NATIONS, 2011b, p.2; UNITED NATIONS, 2013, p. 6).

Em 2016, a retirada da MINUSTAH já era prevista para o ano seguinte. A operação seria substituída pela MINUJUSTH, que continuaria o processo de construção da paz e o suporte à Polícia Haitiana (UNITED NATIONS, 2016a, p. 5). «O apoio da missão no processo político no Haiti, na profissionalização da polícia haitiana e na manutenção de um ambiente seguro e estável», além de todo um esforço para a consolidação das instituições haitianas e seu desenvolvimento, haviam contribuído nitidamente para o alcance de uma estabilidade que culminara com o fim das eleições em fevereiro de 2017 (UNITED NATIONS, 2017c, p. 1-2).

Os treze anos em que a ONU e seus países estiveram presentes no terreno haitiano foram fundamentais para o país. A convergência e a oscilação entre o emprego da força e o esforço para o desenvolvimento do Haiti responderam aos desafios e suas demandas, colaborando durante e após períodos de violência. Civis (de dentro e fora da estrutura das Nações Unidas) e militares trabalharam conjuntamente em benefício da nação haitiana. Dentre os militares, conforme mencionado em algumas resoluções da missão, os engenheiros tiveram um papel relevante, principalmente após os desastres naturais que acometeram a região. O Brasil, que se destacou ao longo de toda a missão, também representou veementemente esta categoria, através da atuação de sua Companhia de Engenharia.

### **A engenharia do Brasil na minustah: contribuições pós-conflito**

O Brasil esteve presente na MINUSTAH desde seu início. O país que, ao longo dos treze anos da operação, ocupou o cargo de Comandante da Força (*Force Commander*, FC) e manteve suas tropas no terreno, ficou internacionalmente conhecido por colocar em prática um *modus operandi*<sup>35</sup> particular, que mesclava o *Braço Forte* com a *Mão amiga*. Em outras palavras, o país, ao mesmo tempo em que provia segurança, preocupava-se com a integração com a população. Uma combinação entre força e desenvolvimento. Nesse sentido, pode-se dizer que o país atuava tanto em benefício da paz negativa, isto é, da ausência de violência direta, quanto da paz positiva, ou seja, da estabilidade estrutural da sociedade e do governo haitianos.

O Brasil teve a participação de suas três forças na missão no Haiti, compostas por militares de diferentes formações. A ampliação das responsabilida-

---

<sup>35</sup> A forma em que as tropas brasileiras atuaram, exercendo suas habilidades culturais provenientes de uma pluralidade intrínseca ao cidadão brasileiro e de uma perspectiva global, afetou positivamente seu contato com a população local e, conseqüentemente, o desenvolvimento da MINUSTAH.

des e, conseqüentemente, atividades desenvolvidas pelas operações de paz passou a exigir a incorporação de militares capacitados em diversas áreas para a atuação no terreno, e a engenharia é uma delas.

As funções desempenhadas pelos engenheiros militares são relevantes em todas as fases de uma missão de paz<sup>36</sup>. Enfrentando desafios antes mesmo de seu início, as unidades de engenharia possibilitam as condições para o seu estabelecimento e cumprimento, uma vez que provêem instalações de construções e serviços de engenharia no teatro de operações (UNITED NATIONS, 2015c, p. 9). As Nações Unidas contam com o emprego de engenheiros militares, que se agrupam em pelotões (entre 25 e 30 componentes) ou até mesmo companhias (até 275 componentes), e equipamentos dos países contribuintes em tropas (*troop-contributing countries*, TCC) para tarefas como perfuração de poços, proteção da força, logística, construção de estradas, pontes, aeroportos e aeródromos (BOUTELLIS; SMITH, 2014, p.5-6). São os engenheiros que «possibilitam as operações de transição de uma missão de manutenção da paz para construção da paz, do suporte para o desenvolvimento do país hospedeiro» (UNITED NATIONS, 2015c, p. 8).

As unidades militares de engenharia possuem capacidades de combate (fortificações de campo, remoção de minas e destruição de bombas), de construção (vertical e horizontal) e gerais (como de suporte de água, eletricidade, pedreiras, e gestão de resíduos), de acordo com as requisições do mandato (BOUTELLIS; SMITH, 2014, p. 2).

Engenheiros de combate são responsáveis por desempenhar funções em campo, isto é, em ambientes mais hostis e perigosos, sendo estes capazes e responsáveis por sua própria segurança. Além de terem expertise na edificação de meios em contextos mais violentos, também dominam conhecimentos que possibilitam a destruição de bombas e remoção de minas; podendo atuar na defesa do campo, reforçando instalações de segurança e controlando o acesso a mesmas (UNITED NATIONS, 2015c, p. 14-15).

Já os engenheiros de construção maior atuam em duas categorias: vertical e horizontal. A construção horizontal normalmente ocorre na fase inicial da missão, sendo a mais importante por tratar-se de tarefas associadas ao preparo do terreno para o desenvolvimento da missão, como: [...] a construção de acampamentos base (atividades de limpeza, compactação, nivelamento de terra, como também o de preparo de bases para a construção de edifícios) e a construção, manutenção, e reparo de estradas de abastecimento e pontes, pistas de pouso e aeroportos. Relacionadas a estas atividades estão outras, como a remoção de escombros ou lixo, a construção ou melhoria de sistemas de drenagem e a canalização de rios (BOUTELLIS; SMITH, 2014, p. 2-3).

---

<sup>36</sup> Inicialmente, as funções dos engenheiros são voltadas principalmente para o estabelecimento da missão, apoiando as tropas no terreno.

Já a construção vertical incide em todas as fases da missão, pois consiste na «constituição de campos, na reabilitação de edifícios já existentes, na montagem de estruturas pré-fabricadas (escritórios e habitações pessoais)» e até perfuração de poços. Funções deste contorno também podem ser desenvolvidas por engenheiros civis, incluindo até mesmo a população local através de contratos diretos ou de empresas regionais e internacionais (BOUTELLIS; SMITH, 2014, p. 3), permitindo assim uma espécie de cooperação direta entre a missão e seu país hospedeiro. Existem ainda as atividades de construção menores gerais, funções gerais de engenharia exercidas fora do campo, como reparos e reconstituições elétricas, de encanamento e sistemas de água, por exemplo (UNITED NATIONS, 2015a, p. 224).

Em regra, os engenheiros em operações de paz atuam primeiramente atendendo às demandas de infra-estrutura da missão, para que seja possível seu desenvolvimento e manutenção. Depois de estabelecidas essas prioridades, a engenharia passa a responder também às solicitações provenientes de parceiros da missão, como o Estado anfitrião da missão, organizações nacionais e internacionais, agências da ONU e até organizações não-governamentais humanitárias, com o objetivo de fornecer suporte à construção, treinamento e constituição de capacidades, proteção de civis e ajuda humanitária. Todo esse conjunto de capacidades exerce um papel embrionário de construção da paz, conforme afirmado pela literatura da área (BOUTELLIS; SMITH, 2014, p.3-4; UNITED NATIONS, 2015c, p. 20). Entretanto, o presente estudo compreende que mesmo as ações iniciais desenvolvidas pelos engenheiros já podem ser associadas a esta nomenclatura.

De fato, os chamados capacetes azuis são considerados construtores da paz precoces (UNITED NATIONS, 2017d). «A coordenação dos esforços de assistência, o apoio logístico para a coordenação e gerenciamento do fluxo de recursos e a capacitação em determinadas áreas junto a outros parceiros» são algumas das atividades desenvolvidas pela engenharia relacionadas à construção da paz, antes mesmo do fim das fases mais hostis (UNITED NATIONS, 2010a, p. 2). Acredita-se ainda que, por tratar-se de um conceito amplo, a construção da paz pós-conflito abarque outras tarefas não ofensivas realizadas pela companhia de engenharia.

A Companhia de Engenharia de Força de Paz Haiti (Brazilian Engineering Company, BRAENGCYO) foi estabelecida em 2005, para apoiar às operações militares (dentro do escopo da MINUSTAH) com serviços de engenharia (como desobstrução e melhoramento de vias de acesso, instalação e aumento da proteção em Pontos Fortes, etc) e realizar atividades em prol do desenvolvimento haitiano (BRAENGCYO, 2017).

O primeiro contingente da companhia, que funcionava como um braço do BRABAT e de outras unidades militares (BRAENGCYO, 2017), desempenhou

funções voltadas para a engenharia, mas também para a segurança<sup>37</sup>. Ao mesmo tempo em que a engenharia brasileira «apoiava a Polícia Nacional do Haiti (*Police Nationale d'Haiti*, PNH), garantia a liberdade de movimento do seu pessoal, protegia civis, realizava patrulhamentos, segurança de autoridades, de prédios públicos e de instalações da ONU e estabelecia *check points*<sup>38</sup>», ela também era responsável por desenvolver ajuda humanitária, repartir alimentos e desobstruir vias públicas (BRAENGCOY, 2017). Contudo, a partir do segundo contingente, a BRAENGCOY passou gradativamente a realizar atividades especialmente voltadas para a área de engenharia, integrando-se à população local através da participação em Ações Cívico-Sociais (ACISOS)<sup>39</sup> e operando conjuntamente em tarefas, como a de pavimentação (BRAENGCOY, 2017).

A BRAENGCOY exercia paralelamente funções que beneficiavam diretamente o BRABAT (e outros contingentes) e os haitianos. Obras internas e construção de instalações eram realizadas, atendendo às demandas da MINUSTAH. A perfuração de poços e a pavimentação eram serviços constantes desenvolvidos em prol do povo haitiano. A engenharia também estava envolvida no reparo e construção de instalações no país, como escolas, por exemplo, na construção de pontes e na limpeza de canais (BRAENGCOY, 2017). O trabalho da engenharia contribuía indireta e diretamente para a construção da paz no Haiti<sup>40</sup>.

A partir de 2008, com o advento de uma série de catástrofes naturais, a BRAENGCOY também passou a prestar apoio direto à população haitiana, socorrendo e resgatando vítimas, como as dos desmoronamentos causados pelo terremoto de 2010. A companhia ficou ainda responsável pelo «recolhimento dos corpos encontrados e pelo sepultamento provisório, com a finalidade de evitar a contaminação do ambiente e a disseminação de doenças infecto-contagiosas para a população» (BRAENGCOY, 2017).

Nos anos subsequentes, o Conselho de Segurança das Nações Unidas reconheceu a relevância dos serviços prestados pelos engenheiros no período dos desastres, e as resoluções da MINUSTAH passaram a incentivar o trabalho da engenharia para a reconstrução do Haiti. Desde 2008, a BRAENGCOY manteve seu maior efetivo atuando no país. A companhia manteve até

<sup>37</sup> Conforme já apresentado no presente estudo, a fase inicial da MINUSTAH demandava ações voltadas principalmente para a segurança das tropas e do país.

<sup>38</sup> *Checkpoints* são postos de controle de acesso para proteção de bases da ONU e de seu pessoal (UNITED NATIONS, 2015b, p. 7).

<sup>39</sup> ACISOS são "atividades de caráter temporário, episódico ou programado de assistência e auxílio às comunidades, promovendo o espírito cívico e comunitário dos cidadãos, no país ou no exterior" (BRASIL, 2017a).

<sup>40</sup> Algumas atividades da companhia atendiam aos Projetos de Impacto Rápido (*Quick Impact Project*, QIP) (BRAENGCOY, 2017). «Os QIP eram projetos pequenos e de baixo custo, cujo objetivo era a construção de confiança na missão, no mandato, ou no processo de paz» (BOUTELLIS; SMITH, 2014, p.4).

2013 um total de 250 militares que contribuíram para além da construção de instalações.

Em 2011, o contingente da BRAENGCY empregou 40 trabalhadores haitianos para a construção de seu novo depósito de materiais. O trabalho de cooperação civil-militar foi apenas um dos muitos executados que colaboraram na «injeção de recursos na economia familiar e local, permitindo ainda o aprendizado de uma formação profissional e uma mudança na cultura organizacional» (BRAENGCY, 2017). Até o final da MINUSTAH (2017), a companhia de engenharia foi fundamental<sup>41</sup> (BRAENGCY, 2017).

Ao longo de mais de dez anos de missão, a BRAENGCY realizou: [...] a perfuração de 60 poços artesianos, a remoção de 9.577 m<sup>3</sup> de escombros, a construção e reforma de mais de 230 instalações civis e militares, a limpeza de 9 250 m de valas, a produção de 360 milhões de litros de água potável, a reparação de 795.700 m<sup>2</sup> de estradas e a execução de 486.561 m<sup>3</sup> de terraplenagem (BRASIL, 2015).

Os serviços básicos fornecidos (ajuda humanitária, perfuração de poços, limpeza de vias públicas, distribuição de alimentos e água, etc.) e a estruturação de instalações já fizeram parte das atividades realizadas pela BRAENGCY para a construção da paz. Contudo, suas maiores contribuições estão além dos números acima mencionados. Mais que os resultados das ações em si, seu impacto social, como a criação de empregos dentro desse contexto e o fortalecimento das habilidades locais e suas capacidades (através da expertise e dos equipamentos da companhia) foi muito mais relevante como contribuição para a construção da paz pós-conflito (ainda que indiretamente).

Acredita-se, assim como Kai Kenkel (2017), que para o Brasil, «o *peacebuilding* represente um elemento chave na busca por influência internacional». Essa tendência a atuar na construção da paz, em parte por conta de sua herança diplomática e em parte pelo automatismo interno de desempenhar funções de desenvolvimento da mesma nomenclatura<sup>42</sup>, permite um envolvimento maior do país no terreno, aumentando sua integração com a população local e, assim, facilitando a atuação de seus militares. O Brasil, dentro do contexto de construção da paz e de suas atividades, fez uso constante desta ferramenta no Haiti<sup>43</sup>.

<sup>41</sup> O processo de desmobilização e entrega de bases (militares e policiais), no final da MINUSTAH, também demandou a participação da engenharia.

<sup>42</sup> Assim como no Haiti, no Brasil, os militares atuam em diversas atividades de apoio a população. Dentre as mais conhecidas, destacam-se «a Operação Carro-Pipa, apoio em calamidades (enchentes, incêndios etc.), combate ao mosquito *Aedes aegypti*, Calha Norte, Projeto Rondon, Soldado Cidadão e Forças no Esporte» (BRASIL, 2017b).

<sup>43</sup> A integração com a população local está prevista no Manual de Engenharia das Nações Unidas (UNITED NATIONS, 2015c, p. 20).

Na MINUSTAH, as contribuições brasileiras tanto para o desenvolvimento do Haiti, quanto para a sua segurança e estabilidade, foram resultantes da fórmula que combinou a técnica com o famoso *jeitinho*<sup>44</sup>. O Brasil soube exatamente quando e como oscilar entre uma postura mais ofensiva e mais cooperativa, sem que fosse preciso excluir uma das duas. A sua atuação ficou internacionalmente conhecida e reconhecida pelo combate às hostilidades, mas principalmente por seu *modus operandi* cooperativo antes, durante e após os altos índices de violência. A engenharia fez parte dessa receita que fez da operação um marco para o Brasil no sistema das Nações Unidas.

### Conclusão

Falar da Organização das Nações Unidas é falar de paz. A estabilidade e a segurança internacionais fazem parte dos objetivos principais da instituição e, com esse intuito, foram desenvolvidas suas Operações de Paz. O DPKO vem contribuindo desde 1948 com missões de diferentes proporções e características. Desde a prevenção de conflitos, passando pela imposição e manutenção da paz, o departamento atua ainda construindo uma paz duradoura, principalmente após períodos de conflito através do *peacebuilding*. Talvez esta seja a nomenclatura mais importante das operações de paz da ONU, pois é ela quem abre caminho para que o país da missão passe a sustentar sozinho um contexto pacífico.

Dentro deste escopo, descobriu-se um conceito amplo de paz. O que antes se restringia ao fim das hostilidades e da violência direta, passou a englobar uma série de atividades voltadas para o desenvolvimento, evitando assim a violência estrutural. Combater a violência estrutural e suas causas significava atuar de forma mais ampla e profunda no terreno, e as operações de construção da paz pós-conflito surgiram com esse intuito.

A construção da paz abarca tantas atividades que se torna difícil determinar seus limites de atuação. Algumas missões da ONU são estabelecidas com outras nomenclaturas, mas ao longo de seu desenvolvimento, apresentam características mistas e o *peacebuilding* acaba sendo inserido em seu arcabouço. A MINUSTAH é uma dessas operações.

A MINUSTAH foi estabelecida principalmente para «apoiar o processo político e constitucional que se encontrava em andamento no Haiti», através da «garantia de um ambiente seguro e pacífico» para tal (UNITED NATIONS, 2004b, p. 20). Sob o capítulo VII da carta da ONU (1945, p. 30), ao longo de seus treze anos, a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti concentrou esforços para a segurança e para o desenvolvimento do país.

---

<sup>44</sup> O *jeitinho* brasileiro refere-se a uma expressão popular utilizada por autores, como Roberto DaMatta, que simboliza a maneira improvisada que o cidadão brasileiro utiliza para tentar solucionar problemas.

O Brasil esteve presente desde o período mais hostil da missão. Entre 2004 e 2008, o país participou ativamente neutralizando as hostilidades no terreno. Paralelamente, o BRABAT e a BRAENGCOY executaram serviços em benefício do desenvolvimento da população local. Após o fim da fase mais violenta da MINUSTAH, a temporada de catástrofes naturais subsequentes levou o Brasil a reforçar seu apoio aos haitianos, e a construção da paz pós-conflito fez-se junto da reconstrução do país como um todo. A companhia de engenharia destacou-se pelos serviços prestados principalmente durante e após este momento.

Associar uma companhia de engenharia à construção é algo automático, afinal o engenheiro é um profissional voltado para esta área. Entretanto, a atuação da BRAENGCOY no Haiti ultrapassou as estruturas físicas erguidas. Nem todo o seu legado foi formado apenas por tijolos. Os profissionais do contingente de engenharia<sup>45</sup> da MINUSTAH participaram do processo de construção da paz pós-conflito não somente contribuindo na restauração do Haiti. Eles atuaram junto aos contingentes no desenvolvimento do país como um todo.

Os últimos treze anos foram apenas uma base para a construção física e política das instituições haitianas, de sua democracia, da lei e da ordem, para a sua reconstrução após furacões e terremotos, e principalmente para a construção de uma paz duradoura e sustentável. A palavra construção teve múltiplas conotações no contexto da MINUSTAH.

As contribuições pós-conflito e pós-catástrofe da BRAENGCOY deram-se de forma direta e indireta. Desde o início de sua atuação, a engenharia executava trabalhos em benefício da população local, além de atividades voltadas diretamente para a segurança. Durante e após os desastres, a engenharia ganhou espaço no terreno por conta das demandas emergências, e foi conquistando credibilidade no Conselho de Segurança das Nações Unidas. O constante requerimento da atuação da engenharia nas resoluções da missão demonstrou a relevância da companhia para a (re) construção do Haiti. O que possivelmente a ONU não enxergava era o impacto social e político dessas atividades.

É difícil mensurar resultados do impacto das ações desenvolvidas pelo Brasil no contexto acima. No entanto, é possível perceber as contribuições de seu *modus operandi*, independente de suas motivações. O pioneirismo de um país em monopolizar o cargo de chefe da força (ao longo de toda a missão), o reconhecimento da própria ONU em relação aos treinamentos das tropas brasileiras realizados pelo Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) e até a responsabilidade

---

<sup>45</sup> Os contingentes da companhia eram formados por operadores, pedreiros, bombeiros, eletricitas, carpinteiros, armadores, que treinavam e formavam haitianos em cursos profissionalizantes na área (BRASIL, 2014).

outorgada à engenharia brasileira na condução de dois cursos de capacitação para instrutores africanos para integrantes das forças de paz<sup>46</sup> são alguns indicativos do sucesso brasileiro para a segurança e estabilidade no Haiti (NAÇÕES UNIDAS, 2017). O encerramento da MINUSTAH é outro sinal de *missão cumprida* na região. Cabe agora à nova missão, a MINUJUSTH, e ao próprio povo haitiano aprender com seu passado e traçar um novo caminho que passe longe da violência direta e estrutural.

Rio de Janeiro, 2017

## Referências bibliográficas

- ARISTIDE says U.S. deposed him in 'coup d'etat': White House calls allegation 'nonsense'. [S.l.]: CNN.com International, March 2, 2004. Seção World. Entrevista com ex-presidente do Haiti Jean-Bertrand Aristide. Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2004/WORLD/americas/03/01/aristide.claim/>>. Acesso em: 10 set. 2017.
- BARANYI, Stephen. Canada and the travail of partnership in Haiti. In: HEINE, Jorge; THOMPSON, Andrew S. (Ed). Fixing Haiti: MINUSTAH and beyond. United Nations University, 2011, p. 225-228.
- BOUTELLIS, Arthur; SMITH, Adam C. Engineering peace: the critical role of engineers in UN Peacekeeping. [S.l.]: International Peace Institute, January 2014. Disponível em: <[https://www.ipinst.org/wp-content/uploads/publications/ipi\\_e\\_pub\\_engineering\\_peace.pdf](https://www.ipinst.org/wp-content/uploads/publications/ipi_e_pub_engineering_peace.pdf)>. Acesso em: 03 dez. 2017.
- BRAENGCY. Companhia de Engenharia de Força de Paz, Haiti, 2017. Disponível em: <<http://braengcoy-haiti.eb.mil.br/>>. Acesso em 16 dez. 2017.
- BRASIL. Exército Brasileiro. Ações Cívico-Sociais. 2017a. Disponível em: <<http://www.eb.mil.br/acoes-civico-sociais>>. Acesso em: 18 dez. 2017.
- Exército Brasileiro. Curso de Operador de Máquinas de Engenharia, [2014]. Disponível em: <[http://www.eb.mil.br/web/haiti/noticias-braengcoy/-/asset\\_publisher/uleNJ9eDHugv/content/curso-de-operador-de-maquinas-de-engenharia#Wjqf0NKnHMw](http://www.eb.mil.br/web/haiti/noticias-braengcoy/-/asset_publisher/uleNJ9eDHugv/content/curso-de-operador-de-maquinas-de-engenharia#Wjqf0NKnHMw)>. Acesso em: 12 dez. 2017.
  - Exército Brasileiro. Vade-mécum de cerimonial militar do Exército: valores, deveres e ética militares (VM 10). Brasília, DF, 2002. Portaria nº 156, de 23 abr. 2002. Disponível em: <<http://www.eb.mil.br/documents/10138/6563889/Vade+M%C3%A9cum+Valores.pdf/f62fb2bb-b412-46fd-bda0-da5ad511c3f0>>. Acesso em: 03 dez. 2017.
  - Governo do Brasil. Trabalho das Forças Armadas também envolve ajuda humanitária, 07 de junho de 2017b. Disponível em: <<http://www>>.

<sup>46</sup> O Departamento de Apoio de Campo das Nações Unidas (com apoio do Japão, Suíça e Quênia) promoveu esta iniciativa, que retifica o significativo desempenho da BRAENGCY nas Operações de Paz da ONU (NAÇÕES UNIDAS, 2017).

- brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2017/06/trabalho-das-forcas-arma-das-tambem-envolve-ajuda-humanitaria>. Acesso em: 22 nov. 2017.
- Ministério da Defesa. Companhia de Engenharia de Força de Paz completa uma década de Haiti, 09 de junho de 2015. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/index.php/noticias/15950-companhia-brasileira-de-engenharia-de-forca-de-paz-completa-uma-decada-no-haiti>>. Acesso em: 22 nov. 2017.
- BROWNE, Marjorie Ann. United Nations Peacekeeping: Issues for Congress. CRS Issue Brief for Congress, Received through the CRS Web. Foreign Affairs, Defense, and Trade Division, June 10, 2005. Disponível em: <<https://fas.org/sgp/crs/natsec/IB90103.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2017.
- DORN, Walter. You are a Peacekeeper. Toronto, 2012. Disponível em: <<http://walterdorn.net/component/content/article?id=145:you-are-a-peacekeeper>>. Acesso em: 13 nov. 2017.
- FAUBERT, Carrol. Case Study Haiti. Evaluation of UNDP Assistance to Conflict-Affected Countries. Human Security. United Nations Development Program, Evaluation Office, 2006.
- FETHERSTON, A. B. Towards a theory of United Nations peacekeeping. London: Palgrave Macmillan UK, 1994.
- GALTUNG, Johan. Theories of peace: a synthetic approach to peace thinking. Oslo: International Peace Research Institute, September, 1967. Disponível em: <[https://www.transcend.org/files/Galtung\\_Book\\_unpub\\_Theories\\_of\\_Peace\\_-\\_A\\_Synthetic\\_Approach\\_to\\_Peace\\_Thinking\\_1967.pdf](https://www.transcend.org/files/Galtung_Book_unpub_Theories_of_Peace_-_A_Synthetic_Approach_to_Peace_Thinking_1967.pdf)>. Acesso em: 03 dez. 2017.
- Three approaches to peace: peacekeeping, peacemaking, and peacebuilding. In: Impact of Science in Society. Prio Publication, Copenhagen, n. 25-9, p. 282-304, 1976.
  - Violence, peace, and peace research. Journal of Peace Research, Oslo, v. 6, n. 3, p. 167-191, 1969. Sage Publications.
- GALTUNG-INSTITUT for Peace Theory and Peace Practice. Johan Galtung, 2017. Disponível em: <<https://www.galtung-institut.de/en/home/johan-galtung>>. Acesso em: 02 nov. 2017.
- HAITI Earthquake Fast Facts. CNN Library. CNN. January 6, 2015. Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2013/12/12/world/haiti-earthquake-fast-facts>>. Acesso em: 10 jul. 2015
- HAMMOND, Guy. Saving Port-au-Prince: UNITED NATIONS Efforts to Protect Civilians in Haiti in 2006-2007. Washington: Stimson, June 2012.
- HEINE, Jorge; THOMPSON, Andrew S. Introduction: Haiti's governance challenges in the international community. In: HEINE, Jorge; THOMPSON, Andrew S. (Eds.). Fixing Haiti: MINUSTAH and beyond. Tokyo: United Nations University, 2011. p. 1-23. Disponível em: <<https://collections.unu.edu/eserv/UNU:2516/ebrary9789280811971.pdf>>. Acesso em: 03 dez. 2017.

- KENKEL, Kai Michael. Five generations of peace operations: from the *thin blue line* to *painting a country blue*. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 56, n. 1, p. 122-143, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v56n1/07.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2017.
- Peacekeeping Contributor Profile: Brazil. Providing for Peace, January 2017. Disponível em: <<http://www.providingforpeacekeeping.org/2014/04/03/contributor-profile-brazil>>. Acesso em: 10 set. 2017.
- LANGHOLTZ, Harvey J. (Ed.). Principles and guidelines for UN peacekeeping operations. Williamsburg, Virginia: Peace Operations Training Institute, 2010. Disponível em: <[https://defenseetsecuriteinternationale.files.wordpress.com/2013/10/pag\\_en-120130.pdf](https://defenseetsecuriteinternationale.files.wordpress.com/2013/10/pag_en-120130.pdf)>. Acesso em: 03 out. 2017.
- NAÇÕES UNIDAS. Nações Unidas no Brasil. Com apoio do Brasil, ONU promove capacitação militar em engenharia para forças de paz, 29 de maio de 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/com-apoio-do-brasil-onu-promove-capacitacao-militar-em-engenharia-para-forcas-de-paz>>. Acesso em: 20 dez 2017.
- ROSSIER, Masayo Kondo. A review of practices and expert opinions: linking humanitarian action and peacebuilding. Geneva: The Graduate Institute, Centre on Conflict, Development and Peacebuilding, [2013]. CCDP Working Paper 7. Disponível em: <[http://graduateinstitute.ch/files/live/sites/iheid/files/sites/ccdp/shared/Docs/Publications/WP7\\_WEB-1.pdf](http://graduateinstitute.ch/files/live/sites/iheid/files/sites/ccdp/shared/Docs/Publications/WP7_WEB-1.pdf)>. Acesso em: 03 out. 2017.
- SUTTERLIN, James S. The United Nations and the maintenance of international security: a challenge to be met. 2. ed. London: Praeger, 2003.
- THOMPSON, Andrew S. Haiti's tenuous human rights climate. In: SHAMSIE, Yasmine; THOMPSON, Andrew S. (Eds.). Haiti: hope for a fragile state. Waterloo, Ontario: Wilfrid Laurier University Press; Centre for International Governance Innovation, 2006. p. 51-69. Project MUSE. (Series Studies in International Governance).
- UNITED NATIONS. Charter of the United Nations. San Francisco, 26 June 1945.
- Department of Peacekeeping Operations/Department of Field Support. United Nations Peacekeeping Operations: principles and guidelines. New York, January 2008a. Disponível em: <[http://www.un.org/en/peacekeeping/documents/capstone\\_eng.pdf](http://www.un.org/en/peacekeeping/documents/capstone_eng.pdf)>. Acesso em: 03 dez. 2017.
  - Department of Peacekeeping Operations. Peacekeeping Best Practices Unit. Handbook on United Nations Multidimensional Peacekeeping Operations. New York, 2003. Disponível em: <[https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/peacekeeping-handbook\\_un\\_dec2003\\_0.pdf](https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/peacekeeping-handbook_un_dec2003_0.pdf)>. Acesso em: 03 dez. 2017.
  - Department of Peacekeeping Operations. United Nations Peacekeeping Operations: DPKO-Directed-Missions. October 2017a. Mapa. Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/Cartographic/map/dpko/PKOBN.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2017.

- DPKO-DFS. Peacekeeping and Peacebuilding: Clarifying the Nexus. DPKO-DFS Paper on Peacekeeping and Peacebuilding. New York, September 2010a. Disponível em: <<http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/ PKO%20Peacebuilding%20Peacekeeping%20Nexus.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2017.
- General Assembly. A/C.5/69/18: Manual on Policies and Procedures Concerning the Reimbursement and Control of Contingent-Owned Equipment of Troop/Police Contributors Participating in Peacekeeping Missions (COE Manual). New York: United Nations General Assembly, 20 January 2015a. Disponível em: <[https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/2014\\_coe\\_manual.pdf](https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/2014_coe_manual.pdf)>. Acesso em: 08 nov. 2017.
- General Assembly. Humanitarian assistance, emergency relief, rehabilitation, recovery and reconstruction in response to the humanitarian emergency in Haiti, including the devastating effects of the earthquake. New York: United Nations General Assembly, 2 September 2011a. Documento A/66/332. Disponível em: <<http://undocs.org/A/66/332>>. Acesso em: 09 out. 2017.
- General Assembly/Security Council. A/55/305–S/2000/809: Report of the Panel on United Nations Peace Operations. New York: United Nations, 2000. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/55/305](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/55/305)>. Acesso em: 29 out. 2017.
- General Assembly/Security Council. Report of the Secretary-General on peacebuilding in the immediate aftermath of conflict. New York: United Nations General Assembly/Security Council, 11 June 2009a. Documento A/63/881–S/2009/304. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacebuilding/pbso/pdf/s2009304.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2017.
- PBSO. United Nations Peacebuilding Fund. Preventing a Relapse into Violent Conflict. 2017b Disponível em: <<http://www.unpbf.org>>. Acesso em: 08 set. 2017.
- Police Tactics & Techniques. Checkpoints. UN Peacekeeping PDT Standards for Formed Police Units, 1st Ed., 2015b. Disponível em: <<http://dag.un.org/bitstream/handle/11176/387389/Checkpoints.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 02 nov. 2017.
- Secretary-General. An agenda for peace. New York: un-documents.net, 17 June 1992. Documento A/47/277. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/a47-277.htm>>. Acesso em: 11 set. 2017.
- Secretary-General. Note by the Secretary-General. New York, 02 December 2004a. Documento A/59/565. Disponível em: <<http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/ CPR%20A%2059%20565.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2017.
- Security Council. Report of the Secretary-General on Haiti. New York: United Nations Security Council, 16 April 2004b. Documento S/2004/300.

- Disponível em: <<http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF-CF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/Haiti%20S2004300.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2017.
- Security Council. Resolution 1529 (2004). New York, 29 February 2004c. Documento S/RES/1529. Disponível em: <<http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF-CF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/Chap%20VII%20SRES%201529.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2017.
  - Security Council. Resolution 1542 (2004). New York, 30 April 2004d. Documento S/RES/1542. Disponível em: <<http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF-CF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/CAC%20SRES%201542.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2017.
  - Security Council. Resolution 1608 (2005). New York, 22 June 2005a. Documento S/RES/1608. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N05/395/57/PDF/N0539557.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 21 set. 2017.
  - Security Council. Resolution 1645 (2005). New York, 20 December 2005b. Documento S/RES/1645. Disponível em: <<https://www.un.org/ruleof-law/files/N0565417.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2017.
  - Security Council. Resolution 1702 (2006). New York, 15 August 2006. Documento S/RES/1702. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N06/468/77/PDF/N0646877.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 21 set. 2017.
  - Security Council. Resolution 1743 (2007). New York, 15 February 2007. Documento S/RES/1743. Disponível em: <[http://dag.un.org/bitstream/handle/11176/8966/S\\_RES\\_1743%282007%29-EN.pdf?sequence=3&isAllowed=y](http://dag.un.org/bitstream/handle/11176/8966/S_RES_1743%282007%29-EN.pdf?sequence=3&isAllowed=y)>. Acesso em: 22 nov. 2017.
  - Security Council. Resolution 1840 (2008). New York, 14 October 2008b. Documento S/RES/1840. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N08/548/96/PDF/N0854896.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 22 set. 2017.
  - Security Council. Resolution 1892 (2009). New York, 13 October 2009b. Documento S/RES/1892. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N09/556/43/PDF/N0955643.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 22 set. 2017.
  - Security Council. Resolution 1908 (2010). New York, 19 January 2010b. Documento S/RES/1908. Disponível em: <[http://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1908\(2010\)](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1908(2010))>. Acesso em: 15 nov. 2017.
  - Security Council. Resolution 2012 (2011). New York, 14 October 2011b. Documento S/RES/2012. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N11/546/00/PDF/N1154600.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 18 nov. 2017.
  - Security Council. Resolution 2119 (2013). New York, 10 October 2013. Documento S/RES/2119. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N13/084/00/PDF/N1308400.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

- .org/doc/UNDOC/GEN/N13/508/20/PDF/N1350820.pdf?OpenElement>. Acesso em: 22 nov. 2017.
- Security Council. Resolution 2313 (2016). New York, 13 October 2016a. Documento S/RES/2313. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N16/323/90/PDF/N1632390.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 30 nov. 2017.
  - Security Council. Resolution 2350 (2017). New York, 13 April 2017c. Documento S/RES/2350. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N17/101/43/PDF/N1710143.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 22 set. 2017.
  - Security Council. Statement by the President of the Security Council. New York: United Nations Security Council, 06 April 2009c. Documento S/PRST/2009/4. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/PRST/2009/4](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PRST/2009/4)>. Acesso em: 08 out. 2017.
  - UNDP. Human Development Report 2016. New York: United Nations Development Program, 2016b. Disponível em: <[http://hdr.undp.org/sites/all/themes/hdr\\_theme/country-notes/HTI.pdf](http://hdr.undp.org/sites/all/themes/hdr_theme/country-notes/HTI.pdf)>. Acesso em: 11 dez. 2017.
  - United Nations Peacebuilding Support Office. 2017d Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacebuilding/pbso>>. Acesso em: 13 set. 2017.
  - United Nations Peacebuilding Support Office. UN Peacebuilding: an orientation. Peacebuilding Support Office. New York, September 2010c. Disponível em: <[http://www.un.org/en/peacebuilding/pbso/pdf/peacebuilding\\_orientation.pdf](http://www.un.org/en/peacebuilding/pbso/pdf/peacebuilding_orientation.pdf)>. Acesso em: 03 dez. 2017.
  - United Nations Peacekeeping. 2017e Disponível em: <<https://peacekeeping.un.org/en>>. Acesso em: 01 dez. 2017.
  - United Nations Peacekeeping Missions Military Engineer Manual. New York, September, 2015c. Disponível em: <<http://dag.un.org/bitstream/handle/11176/387296/United%20Nations%20Peacekeeping%20Missions%20Military%20Engineers%20Manual.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 03 dez. 2017.
  - United Nations Police. The Mission of UN Police. 2017f Disponível em: <<https://police.un.org/en/mission-of-un-police>>. Acesso em: 27 set. 2017.
  - United Nations Secretary-General. Boutros Boutros-Ghali. 2017g Disponível em: <<https://www.un.org/sg/en/content/formersg/boutros-boutros-ghali>>. Acesso em: 10 dez. 2017.
  - Yearbook of the United Nations 2004. Department of Public Information. New York: United Nations, Vol.58, 2004e. Disponível em: <<http://www.un-multimedia.org/searchers/yearbook/page.jsp?volume=2004&page=1&searchType=advanced>>. Acesso em: 30 nov. 2017.